

Artigos

Justificação pela fé: um comparativo dos conceitos de Martinho Lutero e Ellen White

Justification by faith: a comparison of the concepts of martin luther and Ellen White

Érico Tadeu Xavier¹
Patrick Oliveira De Sá²

¹ Doutor em Teologia e Professor no Seminário Adventista Latino-Americano (ESDA), Ivatuba, PR.

² Bacharel em Teologia pelo Seminário Adventista Latino-Americano (ESDA), Ivatuba, PR.

✉ etxacademico@gmail.com

✉ ticke_7@hotmail.com

Palavras-chave:

Justificação.
Fé.
Obras.

Resumo

A presente pesquisa apresenta um comparativo entre as ideias de Martinho Lutero e Ellen White sobre justificação pela fé e quais foram os principais aspectos de suas conclusões sobre o tema. Durante a história do cristianismo, muito se estudou sobre esta doutrina, levantando-se assim, muitas questões a respeito dela. Martinho Lutero foi um dos protagonistas da reforma protestante e viveu em um período em que a doutrina da justificação pela fé não era compreendida. Sentia-se oprimido pela justiça de Deus que a ele foi apresentada desde sua infância. Entretanto, através de seus estudos e a dedicação diligente às Escrituras, passou por uma transição de ideias que o levou a compreender a ação redentora de Cristo pela humanidade, trazendo-lhe paz. Séculos mais tarde, Ellen White percebia que, dentre a liderança da igreja Adventista do Sétimo dia, da qual fazia parte, havia alguns que interpretavam incorretamente a doutrina da justificação pela fé, e encontrando aliados para defender sua opinião, ganhou forças para divulgar mais amplamente esta mensagem. A análise detalhada dos escritos de ambos ajudou a entender um pouco mais sobre justificação pela fé na visão de cada um deles.

Keywords:

Justification.
Faith.
Works.

Abstract

This research will present a study of the parallelism between the ideas of Martin Luther and Ellen White on justification by faith, and what were the main aspects of their conclusions on the subject. During the history of Christianity, much has been studied about this doctrine, raising so many questions about it. Martin Luther was one of the protagonists of the Protestant Reformation, and lived in a period in which the doctrine of justification by faith was not understood, he felt overwhelmed by the justice of God, which was presented to him since childhood, however, through his studies and diligent dedication to Scripture, passed by a transition of ideas that led him to understand the redemptive action of Christ by humanity, and it brought the peace. Ellen White realized that among the leadership of the Seventh-day Adventist church, of which she was a part, there were some who misinterpreted the doctrine of justification by faith, she found allies to defend her opinion and gained strength to spread this message more widely. A detailed analysis of the writings of both helped to understand a little more about justification by faith in the vision of each of them.

1 INTRODUÇÃO

O tema da justificação pela fé tem sido abordado por muitos teólogos ao longo do tempo levantando questionamentos sobre o papel da fé e das obras na salvação do homem. Em virtude da queda da humanidade perante a lei divina, Deus viu a necessidade de intervir através de Jesus Cristo para a salvação e reintegração do homem à sua condição original. Essa atitude divina é conhecida como o “plano de salvação” e garante a justiça de Cristo mediante a fé no Redentor.

No período da Reforma Protestante, alguns teólogos se posicionaram a respeito da justificação pela fé, e seus estudos se estenderam até a atualidade, gerando conceitos e controvérsias sobre o tema. Dentre os estudiosos do assunto estão Martinho Lutero e Ellen Gould White, cujas análises da temática são apresentadas nesse trabalho, na tentativa de responder a um questionamento que norteia a pesquisa, qual seja: qual conceito dos autores acima referidos, acerca da justificação pela fé, se aproxima mais do modelo bíblico?

O tema foi escolhido por se tratar de um assunto polêmico e ainda pouco compreendido no meio cristão; todavia, de suma importância para a salvação por meio de Cristo Jesus. Também é pouco explorado, ou explorado superficialmente, pelos membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia, resultando em variações de pensamento que precisam ser dirimidos e corrigidos. A pesquisa, dessa forma, mostra-se relevante para contribuir ao enriquecimento do conhecimento e da fé da comunidade cristã com relação ao estudo das verdades bíblicas.

Este artigo tem como objetivo analisar e esclarecer aspectos da doutrina da justificação pela fé a partir de um comparativo entre as conclusões de Martinho Lutero e Ellen White a respeito do assunto, estando delimitado ao papel exercido pela fé e pelas obras dentro do plano da salvação do homem.

Para alcançar esse propósito a pesquisa se baseia em obras de Martinho Lutero e de Ellen White sobre o tema, com o intuito de traçar um paralelo entre os pensamentos do reformador e da cofundadora da Igreja Adventista do Sétimo Dia, mediante o método comparativo bibliográfico. Os dados obtidos em fontes diversificadas, disponíveis em biblioteca particular e em periódicos e artigos complementam a análise das divergências e similaridades entre os autores a respeito do tema da justificação pela fé.

2 MARTINHO LUTERO E A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

O pensamento de Martinho Lutero demonstra que ele passou a compreender a justificação pela fé a partir de estudos da Bíblia, o que o levou a algumas conclusões que se diferenciaram das concepções predominantes na igreja, em sua época.

2.1 Contexto Histórico

Martinho Lutero nasceu no ano de 1483 na cidade de Eisleben na Alemanha. Sua família mudou-se para Mansfeld por motivos de trabalho, onde tornaram-se prósperos. Depois dos estudos preparatórios, Lutero ingressou na universidade de Erfurt em 1501. Em 1505, após sua graduação como mestre em artes, ingressou na escola de direito, mas o fato de ter escapado de um raio que o derrubou do cavalo quando voltava a Erfurt de uma visita a Mansfeld o atemorizou, então fez um voto a Santa Ana de que se o ajudasse, tornar-se-ia um monge. Para desgosto de seu pai, rompeu com os estudos de Direito e entrou no mais rigoroso dos sete importantes mosteiros de Erfurt. Lutero acreditava que tornar-se um monge parecia garantir seu lugar no céu, e que escaparia do inferno (MCGRATH, 2012).

Conforme Elwell (2009), enquanto Lutero esteve no mosteiro em Erfurt, estudou de forma séria questões de Teologia. Foi nomeado em 1512 para ensinar na universidade de Wittenberg.

Entre 1507-12, Lutero passou por intensas lutas espirituais, enquanto procurava merecer a sua própria salvação através da observância cuidadosa da regra monástica, a confissão constante e a mortificação de si mesmo. Provavelmente como resultado da influência da piedade popular e dos ensinamentos do nominalismo, Lutero considerava Deus como um juiz irado que esperava que os pecadores obtivessem sua própria justiça, cada um por si. Parcialmente devido a seu contato com o vigário geral de sua ordem, Johann Von Staupitz, e da sua leitura de Agostinho, mas principalmente por meio do estudo das Escrituras, enquanto preparava suas preleções universitárias, Lutero mudou paulatinamente o seu conceito de justificação. (ELWELL, 2009, p. 456)

No período em que ocorreu a reforma protestante, a concepção de fé da Igreja era contrária aos pensamentos sobre justificação somente pela fé, pois esta deveria ser complementada com boas obras. Conforme explica Strohl (1963, p. 35),

O termo fé era empregado pelos Reformadores para designar a consciência da presença dominante de Deus. Essa fé não oferecia qualquer garantia de vida cristã; era considerada apenas como primeira condição para participar das graças de que a Igreja dispõe e que comunica através dos sacramentos. Devia, portanto, ser completada com a caridade (*caritas*), inspiradora das boas obras, pelas quais o cristão se faz merecedor da salvação. Compreende-se facilmente, pois, a condenação de fórmulas como “Salvação pela fé e não pelas obras”, ou “justificação somente pela fé”.

O enfoque estava nas obras como meio de salvação, pelas quais o pecador seria merecedor da graça de Cristo. O contexto em que viveu Martinho Lutero não era nada favorável às ideias sobre justificação pela fé, já que a ênfase estava nos sacramentos e na venda de indulgências como forma de obter o perdão dos pecados. A igreja ensinava que o destino eterno era determinado pelas obras meritórias mediante a apropriação das graças sacramentais e que somente a fé ativa em obras de amor poderia salvar. Assim, a religião popular tinha um caráter mais severo e opressor que encorajador. A ideia de um tormento eterno levava a buscar as boas obras com a finalidade de obter perdão dos pecados e livrar-se da pena a ser paga pelo pecador (WALKER, 2015).

Desse modo, após entrar para o convento, ao invés de paz, Lutero só encontrou dúvida e terror: “[...] apesar de todo o rigor monástico, Lutero não encontrava paz de espírito. Seu sentimento de pecaminosidade diante de um Deus santo e justo esmagava-o, e não fora aliviado, antes agravava-se, pela prática da penitência e das obras ascéticas” (WALKER, 2015, p. 491).

Por todos estes aspectos, conforme explica McGrath (2014a), Martinho Lutero sentia-se intensamente oprimido e com medo da justiça de Deus e submetia-se a uma dura penitência, para que, segundo a teologia da época, fosse liberto dos pecados e não sofresse tormento eterno após sua morte. Tais fatos serviram de combustível para um profundo estudo das Escrituras Sagradas que, mais tarde, o levaram a mudar seus pensamentos.

2.2 Mudança de Pensamento

A mudança de pensamento em Lutero, principalmente a respeito da justificação pela fé, se deu devido ao desenvolvimento gradual de suas ideias através de um profundo estudo das Escrituras. Segundo Walker (2015), para aliviar o aprisionamento espiritual no qual vivia Lutero, Staupitz, compadecendo-se dele, lhe falou sobre o amor de Deus, auxiliando-o a entender que a verdadeira penitência não tinha início no temor de um Deus punitivo, mas no amor para com Deus. Desse modo, Staupitz abriu os olhos de Lutero para o Evangelho. Contudo, sua visão foi sendo clarificada em um processo lento e gradual.

O importante papel desempenhado por Staupitz na vida de Lutero e sobre sua compreensão do assunto é ressaltada por White (2005).

Quando pareceu a Lutero que tudo estava perdido, Deus lhe suscitou um amigo e auxiliador. O piedoso Staupitz abriu a Palavra de Deus ao espírito de Lutero, mandando-lhe que não mais olhasse para si mesmo, que cessasse a contemplação do castigo infinito pela violação da lei de Deus, e olhasse a Jesus, seu Salvador que perdoa os pecados. "Em vez de torturar-te por causa de teus pecados, lança-te nos braços do Redentor. Confia nEle, na justiça de Sua vida, na expiação de Sua morte. ... Escuta ao Filho de Deus. Ele Se fez homem para te dar a certeza do favor divino." "Ama Aquele que primeiro te amou." - D'Aubigné. Assim falava aquele mensageiro da misericórdia. Suas palavras produziram profunda impressão no espírito de Lutero. Depois de muita luta contra erros, longamente acalentados, pôde ele aprender a verdade e lhe veio paz à alma perturbada. (WHITE, 2005, p. 124-125).

A percepção de Lutero acerca das verdades bíblicas cresceu gradativamente enquanto ele lecionava e realizava suas palestras sobre diversos livros da Bíblia, principalmente "Salmos (1513-15), Romanos (1515-16), Gálatas (1516-17) e Hebreus (1517-18), antes de retornar aos salmos uma segunda vez (1519-21). [...] Lutero frequentemente debatia a doutrina da justificação no decurso dessas palestras" (MCGRATH, 2014b, p. 143).

Conforme Febvre (2012), aos poucos, Lutero começou a moldar para si uma teologia pessoal. Ele cria cada vez mais que a humanidade estava tão presa em sua pecaminosidade que não poderia fazer nada para obter perdão dos seus pecados e sair desta situação, exceto por meio de uma intervenção especial divina.

E Lutero se indignava contra um Deus que, mesmo em Seu Evangelho, ao anunciar às criaturas a Boa-Nova, pretendia erguer diante delas o pavoroso cadafalso de Sua justiça e de Sua ira. Até o dia em que, seu espírito iluminando-se de repente, compreendeu o monge que a justiça de que falava São Paulo, a justiça que o Evangelho revelava ao homem, era "a justiça em que vive o justo, por dom de Deus, se tiver fé", a justiça passiva dos teólogos, "aquela mediante a qual Deus, em Sua misericórdia, nos justifica por meio da fé, segundo o que está escrito: 'O justo viverá pela fé'. [...] Lutero clamou enfim, com voz vingadora, uma indignação há muito tempo reprimida. (FEBVRE, 2012, p.34).

A compreensão de Lutero estava sendo moldada enquanto se deparava com declarações bíblicas que iam contra o que havia aprendido anteriormente, levantando perguntas pertinentes a respeito de justificação. Também passou a questionar os meios de obter salvação, pregados na época. Ao comparar os textos bíblicos com as ideias a respeito da justiça de Deus da época, não pode se conter e se levantou para defender o Deus de amor que busca o perdido e alcança o que crê.

2.3 Conclusões de Lutero sobre Justificação pela Fé

Walker (2015) afirma que, quando Lutero ensinava o livro de Romanos, ele já entendia que a salvação é um novo relacionamento com Deus, que não depende de qualquer obra humana, mas na total confiança na promessa divina de perdão por causa de Cristo. A lei de Deus não foi dada como meio de salvação, mas para convencer os pecadores de seu pecado. Cristo não depende das obras do ser humano para alcançá-lo, basta que este creia e confie na promessa de perdão dos pecados. Jesus Cristo perdoa o pecador e como resultado ele passa a seguir a vontade de Deus voluntariamente.

A pessoa redimida, portanto, ainda que não deixa de ser pecadora, já está graciosa e plenamente perdoada, e desse novo e jubiloso relacionamento com Deus em Cristo, agora flui a nova vida de voluntária conformidade à vontade de Deus. A fé, entendida como a firme confiança do coração (*fidúcia cordis*) na misericórdia de Deus por causa de Cristo, está assim ativa nas obras de amor – não como fruto compulsão porque a

salvação dependa de tais obras, mas como fruto de gratidão porque a salvação já foi assegurada. O amor é o fruto espontâneo da fé e está direcionado para o bem do próximo; não é uma condição para a aceitação de alguém diante de Deus. Consequentemente a fé, não o amor (como na teologia escolástica), é o vínculo que une a alma a Deus. (WALKER, 2015, p. 495)

Em um de seus sermões sobre justificação pela fé, Lutero (2017) afirma que a justiça dos cristãos é de duas espécies. A primeira espécie vem de fora do homem, é a justiça pela qual Cristo é justo e pela qual ele justifica os outros mediante a fé, como está escrito em 1Coríntios 1:30: “o qual por Deus foi feita nossa sabedoria, justiça, santificação e redenção”. Tal justiça é dada aos homens no batismo e sempre que se arrependem verdadeiramente. Lutero usa o exemplo de um noivo que possui tudo o que é da noiva e a noiva possui tudo o que é do noivo, pois os dois têm tudo em comum, os dois são uma só carne (Gn 2:24), assim como Cristo e a igreja são um só espírito (Ef 5:29-32).

Esta é uma justiça infinita, e uma que traga e engole todo o pecado em um instante, pois é impossível que o pecado exista em Cristo. Ao contrário, aquele que confia em Cristo está ligado a ele, é um com ele, tendo a mesma justiça que ele tem. Assim, é impossível que o pecado permaneça nesse homem. Essa justiça é primária; ela é a base, a causa, a fonte de toda a justiça real própria. Pois esta é a justiça dada no lugar da justiça original perdida em Adão. (LUTERO, 2017, p. 78).

Lutero apontou uma segunda espécie de justiça que o cristão apresenta, a justiça interna,

Sendo a nossa própria, não porque nós sozinhos a operamos, mas porque operamos com aquela primeira e alheia justiça, Aqui está aquela maneira de vida empenhada proveitosamente em boas obras, para começar, na mortificação da carne e na crucificação dos desejos egoístas, dos quais lemos em Gálatas 5:24: “E aqueles que pertencem a Cristo Jesus crucificaram a carne com suas paixões e desejos”. Em segundo lugar, essa justiça consiste em amor ao próximo, e, em terceiro lugar, em humildade e temor a Deus. (LUTERO, 2017, p. 79).

McGrath (2014b, p. 145), cita uma declaração de Lutero: “Cristo é cheio de graça, vida e salvação. A alma humana é cheia de pecado, morte e danação. Agora deixe a fé intervir entre eles. Pecado, morte e danação passam a ser de Cristo; e graça, vida e salvação passam a ser do crente”.

Para Lutero, Cristo é nossa justiça, e essa realidade só pode ser percebida pela fé, pois é a fé que nos liga a Cristo. Visto que o pecado original não pode ser erradicado nesta vida, e a vontade do ser humano, fora de Cristo, é escrava, a fé precisa ser o dom divino pelo qual Ele atua na humanidade. Isso leva à ideia de predestinação, e Lutero era fortemente predestinacionista. Ele fala da justificação como um acontecimento concluído – o pecador foi perdoado e é justo para com Deus - e um acontecimento que inicia o processo de mudança na vida interior do crente à semelhança de Cristo. (MCKIM, 1988, p. 91-92).

Lutero (*apud* MCGRATH, 2014a, p.39) afirmou também que queria entender Paulo em sua carta aos romanos. O que o impedia não era relutância, mas sim a primeira expressão do primeiro capítulo: “a justiça de Deus se revela no Evangelho” (Rm 1.17). Disse que odiava a expressão “a justiça de Deus”, pois aprendeu a interpretá-la como a justiça pela qual Deus é justo e pune os pecadores injustos.

Finalmente, ao meditar dia e noite na relação das palavras “a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito, o justo viverá pela fé”, comecei a compreender essa “justiça de Deus” como aquilo pelo qual o justo vive por meio do dom de Deus (a fé). Entendi que essa sentença “a justiça de Deus se revela”, se refere a uma justiça passiva, por meio da qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé, como está escrito: “o justo viverá pela fé”. Isso imediatamente me fez me sentir como se tivera nascido novamente, e como se tivesse entrado pelos portões abertos do próprio paraíso. A partir daquele momento, passei a ver toda a Escritura sob uma nova luz... E, então,

quando antes odiava a expressão “a justiça de Deus”, comecei a amá-la e a enaltecê-la como a mais doce das expressões, de modo que essa passagem de Paulo se tornou o próprio portão do paraíso para mim. (LUTERO, *apud* MCGRATH, 2014b, p. 145).

Dessa maneira, Lutero passou a ter a seguinte concepção de fé:

A fé é a vida em Deus, a vida da alma, a vida do cristão. Pela fé, Deus, Cristo e todas as forças benéficas do universo são conosco, ou antes, são em nós. De tal modo a fé exalta o homem e transporta-o para junto de Deus, que Deus e o coração humano tornam-se uma só realidade. É a fé que nos comunica a graça justificadora. (STROHL, 1963, p. 37).

De acordo com McGrath (2014a, p.44), Lutero considerava que o evangelho inteiro poderia ser condensado no estudo da justificação, ou seja, “na afirmação de que os seres humanos realmente podem entrar em um relacionamento gracioso com Deus através da morte e ressurreição de Jesus Cristo”. Lutero entendeu que Jesus Cristo é a justiça de Deus, e Nele se revela, ao mesmo tempo, a condenação divina do pecado e a cura para esse pecado. É pelo Espírito Santo e pelo recebimento da Palavra do Evangelho que o pecador passa a compartilhar da justiça divina pela fé.

Embora Lutero reconheça que somente pela fé somos justificados também deixou claro que ainda somos pecadores. Afirmou que, pelo olhar da fé todas as leis de Deus são cumpridas, sem se omitir nenhuma, e o pecado é destruído. “Mas se olharmos para a nossa natureza pecaminosa, nada há de bom. Portanto, devemos sempre lembrar que todos nós somos justos por intermédio da fé, porém ainda somos pecadores” (LUTERO, 2014a, p.79).

Martinho Lutero entendia perfeitamente a natureza pecaminosa do homem e também o papel da lei na justificação. Apesar disso, não reconheceu claramente o sábado santificado na criação, o qual fora substituído pelo domingo pela igreja. Apesar de ser um grande cristão e teólogo sua mente se apresentava ainda endurecida quanto à compreensão da Lei Moral de Deus e seu papel no contexto da justificação pela fé. Sua percepção sobre esse aspecto bíblico foi contraditória, declarando ele em duas obras distintas pensamentos divergentes e confusos.

Em sua obra *Against the Heavenly Prophets* (Contra os Profetas Celestiais), ele declara que a lei dada a Moisés concerne apenas aos judeus e não aos gentios e cristãos, e que o apóstolo “Paulo aboliu o sábado nominalmente e identificou-o como uma sombra do passado” (WALCH, 1891-1910).

Em contrapartida, na obra *Against the Sabbatarians* (Contra os Guardadores do Sábado), Lutero afirma que os Dez Mandamentos não são prerrogativa dos judeus ou de Moisés, pois estes existiam antes de Moisés, de Abraão ou de qualquer outro patriarca do povo judeu, vigorando desde o princípio (WALCH, 1952). Em outra obra, *Against the Antinomians* (Contra os Antinominianos), Lutero opôs-se aos que diziam não haver necessidade de guardar os Dez Mandamentos, afirmando que ele não rejeitava a lei ou os Dez Mandamentos (WALCH, 1613, 1614).

De forma específica acerca do sábado, Lutero foi ainda mais explícito ao reconhecer o sétimo dia como o dia santificado por Deus para adoração:

O sétimo dia Deus santificou para Si próprio. Isso tinha o propósito particular de ensinar-nos que o sétimo dia deve ser particularmente devotado à divina adoração [...]. Embora o homem tenha perdido seu conhecimento de Deus, ainda assim Deus pretendia que Seu mandamento que ordena a guarda do sábado permanecesse em vigor. (PELIKAN e LEHMAN, 1955, p.79-80).

Embora em sua vida religiosa Lutero não tenha aceitado o sábado, continuando a honrar o domingo conforme havia aprendido da tradição católica, reconheceu o sétimo dia como o dia ordenado por Deus, parte inerente dos Dez Mandamentos. Lutero mudou seus conceitos sobre a justificação e entendeu o

papel da lei e das obras, no entanto, focou mais nas obras de caridade que na observância total dos Dez Mandamentos.

Martinho Lutero, e outros reformadores, surgiram na força de Deus, e com a Palavra e o Espírito, fizeram grandes avanços na Reforma. A grande falta que podemos encontrar na Reforma é que os Reformadores pararam de reformar. Se eles tivessem continuado em frente, até terem deixado para trás o último vestígio do papado, tal como a imortalidade natural, o batismo por aspersão, a guarda do domingo, e a igreja agora estaria livre de erros anti-escriturísticos. (WHITE, 1856, p. 148).

Após um longo processo, Lutero teve sua visão direcionada para outras percepções a respeito de Deus e da salvação, pois o que antes via como opressão, passou a ver como liberdade e o Deus que via como vingador, passou a ver como um Deus de amor.

3 ELLEN GOULD WHITE E A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

O pensamento de Ellen Gould White sobre o tema justificação pela fé sofreu influências do contexto histórico em que ela viveu e contribuiu de forma relevante para o posicionamento da Igreja Adventista do Sétimo Dia na elaboração do conceito reconhecido em sua doutrina e compreensão teológica.

3.1 Contexto Histórico

Ellen White nasceu em 1827 na cidade de Gorham (EUA) mas sua família mudou-se para Portland, onde Ellen foi batizada na igreja Metodista, em 1842. Sua família assistiu e concordou com as pregações de Guilherme Miller em uma série de conferências a respeito da volta de Jesus Cristo, que estimava ser entre 1843 e 1844. Como resultado foram removidos do metodismo em 1843. Após o desapontamento pelo não retorno de Cristo nas datas apontadas por Miller, que levou mais de 100 mil pessoas a aguardarem o advento, embora ainda muito nova, Ellen White iniciou seu ministério e foi uma das pioneiras fundadoras do movimento adventista. Conforme Arthur White (2015, p.9), “ela foi uma mulher com dons espirituais notáveis e que viveu a maior parte de sua vida durante o século 19 (1827-1915). Por meio de seus escritos e seu ministério, ela revolucionou a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo”.

Ao longo dos seus 70 anos de ministério colaborou muito para a compreensão das doutrinas da igreja, embora nunca tenha formulado uma única doutrina. Durante os estudos dos pioneiros, quando surgia alguma dúvida sobre procedimentos, condutas ou doutrinas, a senhora White colaborava para o esclarecimento da mesma, sendo a justificação pela fé um dos temas que ela ajudou a esclarecer.

Uma nova geração de adventistas havia surgido nas décadas de 1870 e 1880 que eram ridicularizados e taxados como legalistas e judaizantes. Estes buscavam defender a sua crença sabática no estudo da Bíblia e apreciavam debates onde pudessem apresentar seu arsenal de textos. Uma leitura superficial da declaração de crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia de 1872 parecia dar mais ênfase nas obras como meio de justificação. Porém, ao analisar o centro da declaração era possível entender que a ênfase estava em Cristo e no que Ele faz em prol do homem. Essa declaração era interpretada e seguida de diferentes formas, distanciando-se muito da realidade de que o homem depende de Cristo para a justificação, pois, somente a justiça dEle, oferecida e recebida pela fé, tornava o homem aceitável diante de Deus (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009).

Ellen White tentou corajosamente neutralizar a tendência dos adventistas de lisonjear a si mesmos sobre seu bom caráter moral e obediência às leis de Deus. “Devemos renunciar à nossa própria justiça”, escreveu ela em um artigo preparado para as reuniões campais em 1882, “e rogar que a justiça de Cristo nos seja imputada. Devemos depender inteiramente de Cristo para nossa força. O eu deve morrer. Devemos

reconhecer de que tudo o que temos provém das superabundantes riquezas da graça divina”. Como entendia Ellen White, a fé no sacrifício e méritos de Cristo deve ser seguida pelo amor, “e o amor pela obediência”. Então, o Espírito Santo concederia o poder para transformar o crente à “imagem divina”. Infelizmente, a sra. White expressou a crença de que “essa experiência é compreendida por apenas poucos dos que professam a verdade”. (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 176).

Dessa maneira, o tema da justificação pela fé dividia os próprios adventistas, criando duas classes de pessoas:

Os adventistas ortodoxos entendiam claramente as exigências dos mandamentos de Deus, conforme particularmente destacadas no mandamento do sábado. Mas, como acontece muitas vezes na História, o pensamento correto nem sempre se pode unir com um claro compromisso de fé a Cristo, o único capaz de salvar-nos da culpa e do poder do pecado. Os adventistas, de um modo geral, em sua ânsia de proclamar a negligenciada lei de Deus, tendiam a deixar a Cristo de fora de Sua lei. [...] Parte do problema surgiu pelo fato de os adventistas verem no mundo religioso em geral o perigo do antinomianismo (a crença de que a fé, como assentimento mental, é suficiente e que a obediência à lei é legalismo). (DOUGLASS, 2009, p. 196).

Apesar de muitos entenderem o assunto sob diferentes percepções, a concepção de Ellen White foi essencialmente a mesma desde o princípio. Seus conceitos sobre justificação pela fé foram mantidos empenhando ela esforços para que esses conceitos não fossem distorcidos.

Fazendo um resumo desta “preciosa mensagem”, disse: “Apresentava a justificação pela fé no Fiador; convidava o povo para receber a justiça de Cristo, que se manifestava na obediência de todos os mandamentos de Deus. Muitos perderam Jesus de vista. Deviam ter tido olhar fixo em Sua divina pessoa, em Seus méritos e em Seu imutável amor pela família humana. Todo o poder foi entregue em suas mãos, para que Ele pudesse dar ricos dons aos homens, transmitindo o inestimável dom de Sua justiça ao impotente ser humano. (DOUGLASS, 2009, p. 195).

Para corroborar com a visão de Ellen White, levantou-se um jovem chamado Ellet J. Waggoner. Este, ao ouvi-la pregar sobre o tema, subitamente passou a entender que a cruz de Cristo foi um ato de amor por seus pecados, e que, gratuitamente, Jesus Cristo colocou sobre ele a Sua justiça em troca de uma vida de pecado. Waggoner foi coeditor do *Signs of Times* ao lado de Jones. Seus estudos intensos de alguns livros da Bíblia, em especial Romanos e Gálatas, fez com que eles tentassem convencer os leitores da revista, estudantes e membros das igrejas de San Francisco e Oakland de que “a justificação pela fé deveria se tornar muito mais do que uma teoria doutrinária abstrata. Deveria ser uma realidade viva, uma preciosa experiência transformadora na vida dos crentes” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 177). Conforme Douglass (2009), embora não concordasse com outras doutrinas defendidas por eles, Ellen White apoiava as opiniões de Jones e Waggoner sobre justificação pela fé e descrevia a mensagem trazida por eles como sendo uma preciosa mensagem que o Senhor, em Sua grande misericórdia, enviou a Seu povo.

3.2 1888 e a Justificação pela Fé

A divergência de opinião sobre justificação pela fé entre os adventistas fez com que o assunto fosse levado à Assembleia da Associação Geral em 1888, onde as opiniões foram discutidas visando a unidade sobre esta doutrina na igreja. Ellen White reforçou, através de uma carta em 1888, um apelo feito no ano anterior de que Jones e Waggoner deveriam ter a oportunidade de serem ouvidos e que havia a necessidade de ter o espírito de Jesus, não o espírito dos fariseus (KNIGHT, 2004).

Segundo Daniels (1988, p.46): “A mensagem de Justificação Pela Fé veio clara e integralmente à luz na Assembleia da Associação Geral realizada em Minneapolis, em novembro de 1888. Foi transformada no grande tema de estudo na parte devocional da Assembleia”.

Jones e Waggoner sofreram forte preconceito de muitos dos delegados da assembleia, pois, eram vistos como um desafio à liderança da igreja e às doutrinas fundamentais da denominação. Tanto Jones quanto Waggoner apresentaram argumentos bem fundamentados, os quais a Sra. White endossou em suas palestras durante a assembleia, afirmando que via “a beleza da verdade” e “da justiça de Cristo em relação à lei”, nas apresentações do dr. Waggoner. Desse modo, “em palavras simples, reiteradamente ordenou que os delegados considerassem a Cristo, seu sacrifício e o que Ele queria fazer por seu povo” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 181).

Ao sofrerem objeções aos seus argumentos, Waggoner e Jones limitaram-se a ler, alternadamente, 16 passagens das Escrituras, causando assim uma impressão maior entre os participantes da Assembleia, já que suas conclusões estavam intimamente ligadas com a Palavra de Deus e seus argumentos eram textos bíblicos que falavam por si próprios (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009).

Apesar disso, de acordo com Daniels (1988), a mensagem não foi recebida de igual maneira por todos quantos assistiram à Assembleia dividindo-os em três grupos distintos: o primeiro grupo viu na mensagem uma grande luz e a acataram alegremente; o segundo grupo não foi capaz de assimilar o assunto e chegar a uma conclusão, sendo assim, não aceitaram e nem rejeitaram; e um terceiro grupo se opôs firmemente à apresentação da mensagem.

Apesar das oposições de muitos sobre o tema, Ellen White manteve sua posição reconhecendo a mensagem de Waggoner como correta.

[...] ela reconheceu nas afirmações de Waggoner as mesmas gloriosas verdades que lhe tinham sido reiteradamente apresentadas pelo Espírito de Deus e que ela havia tentado por 44 anos transmitir à sua igreja. Isso não era nova luz, afirmou ela, mas “velha luz colocada onde deveria estar, na mensagem do terceiro anjo”. [...] Minneapolis abalou a confiança de Ellen G. White em muitos dos seus ex-associados, mas ela havia encontrado ali dois novos aliados que apresentariam com poder as mensagens de Deus que, na sua opinião, era o que o povo necessitava. (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 183).

Em virtude dos fatos analisados anteriormente, é possível perceber que o problema não estava no posicionamento da igreja, mas na interpretação dada de diferentes formas para aquilo que já se havia escrito e como isto refletia nas ações expressas pelos cristãos adeptos a estas interpretações. Tendo em vista que Ellen White ansiava pela pregação da velha luz sobre justificação pela fé citada por ela, facilita o entendimento de que a assembleia de 1888, apesar dos entraves, foi a mola propulsora para que ela dedicasse grande parte dos seus escritos a este tema tão eminente e significativo tanto para seus dias quanto para os dias atuais.

Após 1888, o grande tema de Ellen White passou a ser Cristo e Sua justiça. Isso ficou evidente não apenas em seus livros, mas também em centenas de artigos e incontáveis sermões e cartas. Não que ela tenha mudado de opinião sobre tais assuntos em 1888, senão que passou a lhes dar maior ênfase depois de ver quanto o adventismo precisava, em 1888 e na década de 1990, de uma maior compreensão de Cristo e da salvação que Ele concede. (KNIGHT, 2004, p. 71).

Ainda convém comentar que o desenrolar dos fatos citados anteriormente, se deu devido a demasiada formalidade que havia na igreja, não que o problema estivesse nas formalidades em si, mas no valor que os crentes atribuíam a elas, esquecendo-se de colocar Cristo como centro e colocando-O em posição

adjacente. O desfecho de 1888 contribuiu para a pregação da mensagem da justificação pela fé por Ellen White, que passou a propagá-la mais fortemente.

3.3 Conclusões sobre Justificação pela Fé

Ellen White defendeu uma visão de justificação pela fé em que o pecador não tem nada em si mesmo que o justifique e não há obras humanas que sejam capazes de purificá-lo; isto é possível unicamente através da graça de Cristo recebida pela fé.

Através dos séculos a grande verdade da justificação pela fé tem permanecido como poderoso farol a guiar os pecadores arrependidos ao caminho da vida. Foi esta luz que dissipou as trevas que envolviam a mente de Lutero e revelou-lhe o poder do sangue de Cristo para purificar do pecado. A mesma luz tem guiado à verdadeira fonte de perdão e de paz, milhares de almas sobrecarregadas de pecado. (WHITE, 2006a, p. 373-374).

Segundo White (2006b), aqueles pecadores que reconhecem a expiação de Cristo e a aceitam como única esperança para esta vida e a vida futura têm seus pecados perdoados. Não é uma condição que dependa das obras humanas, mas que gera boas obras no homem a partir de sua fé em Cristo.

Cada pessoa crente deve harmonizar inteiramente a sua vontade com a vontade de Deus, e conservar-se num estado de arrependimento e contrição, exercendo fé nos méritos expiatórios do Redentor, e avançando de força em força, de glória em glória. Perdão e justificação são uma só e a mesma coisa. (WHITE, 2006b, p. 149).

A justificação pela fé não se limita a acreditar, mas leva o crente a exercer a fé através das obras. O papel das obras é destacado quando Ellen White discorre sobre o dever do crente de harmonizar sua vontade inteiramente com a vontade de Deus. Isto abarca também a lei dada por Ele que mostra onde está a fé do seguidor. Outro fator existente é o paralelismo de significado que Ellen White faz entre perdão e a justificação como sendo ambos a mesma coisa, dando ainda mais ênfase à misericórdia de Deus. Nesse contexto, o pecador é perdoado mas ainda assim deve prosseguir guardando as orientações divinas, deve manter contínua obediência, não vendo a justificação pela fé como um método para invalidar a lei, mas como um processo que aponta para a guarda dos mandamentos como resultado.

Mas, embora Deus possa ser justo e ao mesmo tempo justificar o pecador, pelos méritos de Cristo, homem algum pode cobrir sua alma com as vestes da justiça de Cristo, enquanto comete pecados conhecidos, ou negligencia conhecidos deveres. Deus requer a completa entrega do coração, antes que possa ocorrer a justificação; e para que o homem conserve essa justificação, tem de haver obediência contínua, mediante ativa e viva fé que opera por amor e purifica a alma. (WHITE, 1981, p. 89-90).

Na visão de Ellen White a justificação pela fé não é um processo conclusivo, ou seja, uma vez justificado o pecador já esteja salvo para sempre. Na verdade, o indivíduo precisa prosseguir em obediência, entregando diariamente o coração a Deus e mantendo uma fé ativa, não que dependa das obras, mas as faz como consequência da transformação de coração feita por Jesus Cristo.

A alma que vê a Jesus pela fé, rejeita sua própria justiça. Encara a si mesma como incompleta, seu arrependimento como insuficiente, sua mais forte fé como sendo apenas debilidade, seu mais custoso sacrifício como escasso, e se prostra com humildade aos pés da cruz. (WHITE, 1981, p. 97).

Não havendo nada no homem que o possa justificar, devido ao fato de sua essência ser o pecado, não há também obras que este faça para que seja aceito por Deus. Só existe um meio de obter o perdão, e este é através de Jesus Cristo e sua morte no lugar do pecador, que ao ser aceita, torna justo o injusto e

transforma-o. Sendo assim, ver as obras como um meio para alcançar o *status* de justo perante Deus é um erro.

Existem aqueles que dizem servir a Deus, embora se apoiem nos próprios esforços para obedecer à Sua lei, formar um caráter perfeito e garantir a salvação. Sem uma intuição profunda do amor de Deus para tocar esses corações, buscam cumprir os deveres da vida cristã como se isso fosse uma exigência de Deus para alcançar o Céu. Uma religião assim não tem valor. (WHITE, 2015, p. 44).

Deus em sua infinita misericórdia não pretende que nenhum dos seus filhos pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento, como é possível perceber em 2 Pedro 3:9. Deus exerce misericórdia ilimitada pelos indignos pecadores, perdoados pelo amor de Jesus. “Mediante a fé em Cristo, o culpado transgressor é trazido ao favor de Deus e à forte esperança de vida eterna” (WHITE, 2006b, p. 149).

É assim que todo pecador, se deve aproximar de Cristo. "Não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo a Sua misericórdia, nos salvou." Tito 3:5. Quando Satanás vos diz que sois pecadores, e não podeis esperar receber bênçãos de Deus, dize-lhe que Cristo veio ao mundo para salvar pecadores. Nada temos que nos recomende a Deus; mas a justificação em que podemos insistir agora e sempre, é nossa condição de completo desamparo, o qual torna uma necessidade Seu poder redentor. Renunciando a toda confiança própria, podemos olhar à cruz do Calvário e dizer: "O preço do resgate eu não o tenho; à Tua cruz prostrado me sustenho". (WHITE, 2007, p. 317).

A importância de renunciar a confiança própria é ressaltada no texto, pois o homem não pode ter o coração transformado por conta de suas atitudes. Cristo é quem oferece um novo coração a todo aquele que crê, pois só ele pode transformar o pecador, é por Seus méritos que o indivíduo que foi transformado passa a desviar os olhos do pecado e a contemplar as coisas do alto.

É pela comunicação da graça de Cristo que se discerne o pecado em sua natureza odiosa, sendo afinal expulso do templo da alma. É pela graça que somos levados em comunhão com Cristo, para com Ele sermos associados na obra da salvação. A fé é a condição sob a qual Deus escolheu prometer perdão aos pecadores; não que exista na fé qualquer virtude pela qual se mereça a salvação, mas porque a fé pode prevalecer-se dos méritos de Cristo, o remédio provido para o pecado. A fé pode apresentar a perfeita obediência de Cristo em lugar da transgressão e rebeldia do pecador. Quando o pecador crê que Cristo é seu Salvador pessoal, então, de acordo com as Suas promessas infalíveis, Deus lhe perdoa o pecado e o justifica livremente. A pessoa arrependida reconhece que sua justificação vem porque Cristo, como seu Substituto e Penhor, morreu por ele, e é sua expiação e justiça. (WHITE, 1981, p. 90).

Dessa maneira, Cristo oferece Seu perdão gratuitamente aos filhos que tanto ama, não obstante, oferece também a cura espiritual e a paz de espírito. O poder transformador de Cristo, a profundidade do Seu amor pela humanidade e como o pecador sente-se motivado por Ele é destacado nos escritos de Ellen White.

Quando Cristo habita no coração, a pessoa se sente tão repleta de Seu amor e da alegria da comunhão com Ele que se torna cada vez mais apegada a Ele. Ao contemplá-lo o próprio eu é esquecido. O amor a Cristo é a motivação certa para a ação. Os que sentem o amor de Deus não perguntam qual é o mínimo que podem fazer para cumprir os requerimentos de Deus; não perguntam qual é a norma mais baixa, mas o seu desejo é andar em total harmonia com a vontade do Redentor. Com sinceridade, renunciam a tudo e se manifestam um interesse proporcional ao valor do objeto que buscam. Dizer ser cristão sem sentir esse amor profundo é falar de maneira vazia, uma fria formalidade e algo extremamente penoso. (WHITE, 2015, p. 44-45).

O amor de Jesus Cristo, na visão de Ellen White, é a propulsão certa para a ação do homem, pois, a partir do momento que o pecador aceita o favor imerecido dado a ele por Cristo, deixa de ver as obras como um fardo, e passa a desejar viver em harmonia a vontade Dele. Ela diz:

O arrependimento, não menos do que o perdão e a justificação, é dom de Deus, e não pode ser experimentado a não ser que seja concedido à alma por Cristo. Se somos atraídos a Cristo, é-o por Seu poder e virtude. A graça da contrição vem por meio Dele, e Dele vem a justificação. (WHITE, 1985, p. 391).

Tendo em vista os aspectos observados, é possível perceber que Ellen White abordou o tema da Justificação pela Fé abarcando todos os aspectos bíblicos e fazendo aplicações dos seus conceitos em diferentes situações, permitindo assim, uma compreensão mais ampla e simples sobre o assunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado nos pensamentos de Martinho Lutero e Ellen White sobre justificação pela fé, conclui-se que Martinho Lutero e Ellen White tiveram opiniões bastante semelhantes sobre o tema. Ambos estiveram em um meio onde as tendências estavam apontando para as obras como meio de justificação, e não como resultado dela. Ambos entenderam o papel da fé na justificação, pois não há nada que o homem possa fazer para se tornar justo perante Deus, antes, depende inteiramente de Jesus Cristo para ser aceito e esta dádiva é recebida unicamente pela fé.

Lutero e White concordaram quanto à transformação oferecida por Cristo e os seus efeitos sobre o pecador que se arrepende, pois, ao se arrepender e aceitar a graça divina em sua vida, passa por uma mudança e recebe um novo coração à semelhança do Criador. Ellen White entendia como era a liberdade experimentada por Lutero através da obra realizada por Cristo na cruz ao morrer pelos pecadores e livrá-los da condenação do pecado, e ela se esforçava para que os outros pudessem ter esta experiência também. Queria que a doutrina da justificação pela fé fosse entendida e tentou mostrar que a lei não deveria ser vista como meio para a salvação, mas como resposta ao que o Redentor da humanidade fez em favor de cada um.

Ellen White também teve uma visão semelhante, porém, mais abrangente do que a de Lutero sobre justificação pela fé. Ambos concordaram que as obras são os frutos gerados pela fé em Cristo, e que essa não exclui a obediência da lei de Deus. No entanto, Lutero deu maior ênfase nas obras como sendo o fazer o bem ao próximo, ou seja, obras de amor e também aos frutos do Espírito, não enfatizando os dez mandamentos. Ellen White, por sua vez, falou da importância de ambas, ressaltando a obediência da lei como resultado da transformação e como meio de adoração, pois Cristo não deve ser deixado fora da Sua lei.

Na visão de Ellen White, bem como na de Martinho Lutero, o pecador não deve se esconder atrás das vestes de justiça de Cristo e prosseguir em mediocridade, mas ter uma vida de fé ativa, pondo em prática diariamente o amor pela obediência, pois, ao aceitar a Cristo, faz também um compromisso de fé, e Ele, por Sua vez, conduz o pecador ao caminho da vida e o transforma à Sua imagem.

Concordaram também em relação ao papel das obras e da lei, entretanto, diferente de Ellen White, Martinho Lutero não compreendia o quarto mandamento do decálogo, o santo dia do sábado como o dia de descanso a ser seguido em seu tempo, deixando claro que, apesar de entender o papel da lei, não a compreendia integralmente. Ellen White, por sua vez, à luz das Sagradas Escrituras, compreendeu a importância da observância da lei moral em sua totalidade, a qual deve ser observada hoje da mesma forma como nos dias em que foi dada ao homem.

Em suma, as opiniões de ambos sobre o tema possuem poucas, mas consideráveis divergências, em sentido de maior ou menor ênfase em alguns aspectos do processo da justificação pela fé e também em relação ao quarto mandamento. Os dois compreendiam que a justiça humana deve ser negada para que a justiça de Cristo seja recebida, e que o “eu” deve morrer, para que Ele possa habitar no pecador e transformá-lo.

REFERÊNCIAS

DANIELLS, A. G. **Cristo nossa justiça**: uma visão pioneira de justificação pela fé. 5. ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

DOUGLASS, H. E. **Messageira do Senhor**: o ministério profético de Ellen G. White. 3. ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

ELWELL, W. A. (Ed.). **Enciclopédia histórica-teológica** da igreja cristã. Trad. Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

KNIGHT, G. R. **A mensagem de 1888**. 6. ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

LUTERO, Martinho. **Somente a fé**. Devocionário. James C. Galvin (ed.). Viçosa: Ultimato, 2014. p. 174.

LUTERO, Martinho. **Clássicos da Reforma**: uma coletânea de escritos. São Paulo: Vida Nova, 2017.

MCGRATH, Alister. **A revolução protestante**: uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os dias de hoje. Brasília-DF: Palavra, 2012.

MCGRATH, Alister. **Lutero e a teologia da cruz: a ruptura teológica de Martinho Lutero**. São Paulo-SP: Cultura Cristã, 2014a.

MCGRATH, Alister. **O pensamento da reforma**: Ideias que influenciaram o mundo e continuam a sociedade. São Paulo: Cultura Cristã, 2014b.

MCKIM, Donald K. **Theological turning points**: major issues in Christian Thought. Atlanta: John Nox, 1988.

PELIKAN, J.; LEHMAN, H. T. (Ed.). Comentários sobre Gênesis 2:3. *In*: Martin Luther. Luther's works. **American Edition**, v. 55, n. 1, p. 79-80, 1955.

SCHWARZ, R. W.; GREENLEAF, F. **Portadores de luz. Engenheiro Coelho-SP**: UNASPRESS, 2009.

STROHL, Henri. **O pensamento da Reforma**. São Paulo: ASTE, 1963.

WALCH, J. G. (Ed.). Martin Luther. *Sämtliche Schriften* (Collected Works), v. 23. *In*: Louis, **MO**: Concórdia Publishing House, v. 20, p. 146-148.

WALCH, J. G. (Ed.). Martin Luther. *Sämtliche Schriften* (Collected Works) v. 23. *In*: St Louis, **MO**: Concórdia Publishing House, 1952.

WALCH, J. G. (Ed.). Martin Luther. *Sämtliche Schriften* (Collected Works) v. 23. *In*: St Louis, **MO**: Concórdia Publishing House.

WALKER, W. **História da igreja cristã**. 4. ed. São Paulo: ASTE, 2015.

WHITE, Arthur. **Ellen White**: mulher de visão. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015.

- WHITE, Ellen Gould. **Atos dos apóstolos**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006a.
- WHITE, Ellen Gould. **Caminho a Cristo**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015.
- WHITE, Ellen Gould. **Cristo triunfante**. 5. ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006b.
- WHITE, Ellen Gould. **Desejado de todas as nações**. 22. ed. Tatuí - SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007.
- WHITE, Ellen Gould. **Fé e obras**. 2. ed. Santo André - SP: Casa Publicadora Brasileira, 1981.
- WHITE, Ellen Gould. **O grande conflito**. 43. ed. Tatuí - SP: Casa Publicadora Brasileira, 2005.
- WHITE, Ellen Gould. **Mensagens escolhidas 1**. 7. ed. Santo André - SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.
- WHITE, Ellen Gould. **Review and Herald**, v. 7, n. 19, p. 148, 1856.